

DOI: 10.24024/23579897v33n2a2024p076091

**Educação, gênero e desenvolvimento sustentável na mineração artesanal na África***Education, gender, and sustainable development in artisanal mining in Africa*Kassongo Chey STANISLAU<sup>1</sup>  
Adolfo Caiji CABEIA<sup>2</sup>  
Renata Maria Franco RIBEIRO<sup>3</sup>

**Resumo:** O artigo explora a interseção entre educação, gênero e desenvolvimento sustentável nas zonas de mineração artesanal em África. Ressalta que as mulheres representam uma parte significativa da força de trabalho nesse setor, enfrentando desigualdade de gênero, discriminação e falta de acesso a recursos. A educação é vista como uma ferramenta crucial para promover a igualdade de gênero e práticas sustentáveis, capacitando mulheres e meninas a superar barreiras socioeconômicas. O estudo sugere que políticas públicas inclusivas são essenciais para enfrentar os desafios de gênero e melhorar as condições de trabalho e vida nas comunidades mineiras.

**Palavras-chave:** Educação. Gênero. Sustentabilidade. Mineração artesanal. África.

**Abstract:** The article explores the intersection of education, gender, and sustainable development in artisanal mining areas in Africa. It highlights that women constitute a significant portion of the workforce in this sector, facing gender inequality, discrimination, and lack of access to resources. Education is seen as a crucial tool for promoting gender equality and sustainable practices, empowering women and girls to overcome socio-economic barriers. The study suggests that inclusive public policies are essential to addressing gender challenges and improving working and living conditions in mining communities.

**Keywords:** Education. Gender. Sustainability. Artisanal mining. Africa.

## 1 Introdução

A mineração artesanal desempenha um papel fundamental na economia de muitos países africanos, garantindo sustento para milhões de famílias rurais e gerando uma importante fonte de renda para comunidades de baixa renda (Choé, 2022). Essa prática está profundamente enraizada na cultura e na economia de várias nações africanas (Avivthème,

---

<sup>1</sup> Doutorando em Estudos Africanos (ISCTE-Lisboa). Mestre em Direito das Empresas e do Trabalho. Mestre em Auditoria Empresarial e Pública/Auditoria Interna. Professor na Faculdade de Economia da Lunda Norte – UALN (Angola). ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-0673-510X>. E-mail: cheykassongo@gmail.com

<sup>2</sup> Doutorando em Estudos Africanos (ISCTE-Lisboa) / Desenvolvimento Econômico e Sustentável (Empreendedorismo na BoP). Mestre em Administração e Finanças; Mestre em Auditoria Empresarial e Pública e Diplomado em Fraude Organizacional. Professor na Faculdade de Economia da Lunda Norte e no IP. Lunda Sul – UALN (Angola). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9935-3409>. E-mail: adolfocabeia@gmail.com

<sup>3</sup> Doutoranda em Estudos Africanos- Instituto Politécnico de Lisboa-Iscte. Mestre em Antropologia. Professora da Escola Professor Júlio Guaramiranga-Ceará. Lattes: ID 8306959040910206. E-mail: renatafrancounilab@gmail.com

DOI: 10.24024/23579897v33n2a2024p076091

2024). Além de gerar emprego direto, a mineração artesanal contribui para a redução da pobreza, o êxodo rural e a criminalidade nas áreas urbanas, especialmente entre jovens desempregados, tanto locais quanto de países vizinhos, como o Zimbábue (Choé, 2022).

Em várias regiões da África, a mineração artesanal sustenta inúmeras famílias, com as mulheres representando cerca de um terço da força de trabalho nas minas artesanais e de pequena escala, que fornecem minerais essenciais para as tecnologias modernas e a transição energética global (Banco Mundial, 2024). Um relatório da União Africana de 2015, publicado pelo *African Minerals Development Centre* (AMDC), revelou que entre 40% e 50% da força de trabalho da mineração artesanal e de pequena escala (ASM) na África é composta por mulheres.

O documento destacou os desafios enfrentados por essas mulheres e sugeriu ações para tornar o setor mais sensível às questões de gênero. A desigualdade de gênero nesse setor motivou o Banco Mundial a lançar, em 2024, a Ação pela Equidade de Gênero na Mineração Artesanal e de Pequena Escala. O Banco Mundial aponta que a discriminação de gênero nas leis de mineração, aliada à negligência quanto à saúde, segurança e proteção social, limitam os direitos e oportunidades econômicas das mulheres nesse setor, ressaltando a interseção entre educação, gênero e sustentabilidade.

A construção e promoção do desenvolvimento sustentável, bem com a necessidade de igualdade de acesso a direitos entre homens e mulheres está em constante edificação na sociedade (Monteiro; Angelina, 2022). Neste contexto, a educação emerge como um fator crucial para capacitar comunidades locais, promover a igualdade de gênero e assegurar práticas sustentáveis. A desigualdade de gênero e a falta de acesso à educação entre os trabalhadores dessas comunidades contribuem para a perpetuação da pobreza e a degradação ambiental.

Recorrendo a revisão bibliográfica, este artigo tem como objetivo explorar como a educação pode atuar como um catalisador para a promoção da equidade de gênero e a implementação de práticas sustentáveis na mineração artesanal africana. A partir de uma análise da interseção desses três elementos, serão discutidos os desafios e as oportunidades para a criação de um ambiente de trabalho mais inclusivo, seguro e ambientalmente sustentável.

DOI: 10.24024/23579897v33n2a2024p076091

Entretanto, ao recorrer às opiniões de diversos autores e aos grandes debates sobre o tema "Educação, Gênero e Sustentabilidade na Exploração Artesanal de Minerais na África", com ênfase nas publicações mais recentes, acreditamos que este estudo possui relevância científica e social.

## **2 Metodologia**

Este estudo fundamenta-se em uma revisão bibliográfica de artigos acadêmicos, relatórios e estudos de caso sobre mineração artesanal, educação, gênero e desenvolvimento sustentável em países africanos. Foram analisadas fontes primárias e secundárias, incluindo pesquisas de campo de autores como Hilson (2009), Hinton (2011), Malomalo (2019), Huggins, Siwale-Mulenga e Parmelo (2024), que examinam a mineração artesanal na África e as condições de trabalho das mulheres nesse setor. O estudo também abrange práticas sustentáveis no setor (Silva, 2021), bem como a interseção entre educação, gênero e desenvolvimento sustentável (Hilson; Potter, 2003; Vieira; Alvarez; Ferro, 2017).

Utilizou-se a análise qualitativa para investigar como a educação pode promover a equidade de gênero e práticas sustentáveis na mineração artesanal africana. A pesquisa qualitativa foca na coleta e análise de dados para entender fenômenos complexos a partir de experiências e perspectivas subjetivas, enquanto a análise qualitativa interpreta e categoriza esses dados para identificar padrões e significados, após a coleta (Santos, 2011). As referências foram formatadas conforme o modelo ABNT.

## **3 Resultados e discussões**

### **3.1 Educação na mineração artesanal**

A educação é fundamental para melhorar as condições de trabalho na mineração artesanal. Segundo Mutemeri e Petersen (2002), a falta de conhecimento técnico leva a práticas ineficientes e prejudiciais ao meio ambiente, resultando em degradação do solo, poluição e desmatamento. Além disso, Hilson (2002) destaca que a educação aumenta a conscientização sobre direitos trabalhistas e segurança no trabalho, reduzindo acidentes e

DOI: 10.24024/23579897v33n2a2024p076091

doenças ocupacionais. Programas educacionais voltados ao setor podem capacitar os trabalhadores, especialmente mulheres, a adotarem práticas mais seguras e sustentáveis.

A palavra "educação" vem do latim *educatio*, que significa o ato de educar e o aperfeiçoamento das faculdades humanas (Dicionário Universal de Língua Portuguesa, 2000). A UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), agência especializada da ONU que promove a colaboração internacional em educação, ciência, cultura e comunicação, publicou em 1999 um relatório coordenado pelo professor Jacques Delors. O documento destacou que a educação deve preparar os alunos não apenas para o mercado de trabalho, mas também para serem cidadãos justos, empáticos e resilientes. Nesse relatório, a educação foi descrita como um "tesouro a descobrir", com quatro pilares essenciais para uma formação completa.

A educação ao longo de toda a vida baseia-se em quatro pilares: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos (o mundo atual, muitas vezes, é um mundo de violência que se opõe à esperança depositada no progresso da humanidade; no entanto, há elementos novos que acentuam o perigo, especialmente o extraordinário potencial de autodestruição criado pela humanidade ao longo do século XX, já que a história humana sempre foi conflituosa), e aprender a ser (Delors, 2003, p. 96).

Cabeia (2023) ressalta que, atualmente, é fundamental garantir que os alunos consigam encontrar e aplicar informações corretas, além de aprender continuamente e transformar novas ideias em ação. A educação é vital para melhorar as condições na mineração artesanal, prevenindo danos ambientais e à saúde. Programas educacionais aumentam a conscientização sobre direitos e segurança, especialmente entre as mulheres.

Quadro 1: Pilares da educação, um tesouro a descobrir

Pilar	Descrição
Aprender a conhecer	Este pilar abrange o processo de compreender, descobrir e construir conhecimento. Mais do que simplesmente adquirir saberes, é fundamental que as crianças desenvolvam um interesse genuíno pela informação e sintam prazer em aprender e se aprimorar continuamente.
Aprender a fazer	Além de adquirir conhecimento teórico, as crianças precisam colocá-lo em prática. Mobilizando suas habilidades cognitivas, elas devem ser capazes de fazer escolhas, pensar criticamente, solucionar problemas e agir de maneira adequada em situações incertas, sem depender exclusivamente de modelos pré-existentes. O objetivo é a formação de profissionais competentes e adaptáveis.
Aprender a conviver	Saber conviver em sociedade e se colocar no lugar do outro são fatores essenciais nos dias de hoje. Esse pilar, portanto, foca no aprendizado da não-violência, onde a hostilidade é substituída por um espírito de colaboração.

DOI: 10.24024/23579897v33n2a2024p076091

Aprender a ser	Este pilar visa o desenvolvimento integral do ser, promovendo pensamento crítico e autonomia, além de formar juízos de valor. Envolve inteligência, criatividade, responsabilidade e ética, valorizando a diversidade e evitando padrões impostos. Para isso, é crucial oferecer aos jovens experiências culturais, sociais, artísticas, esportivas, científicas e estéticas.
----------------	---

Fonte: Colégio Erasto Gaertner (2024); Delors (2003).

A mineração artesanal utiliza métodos rudimentares e de baixo custo, acessíveis a pequenos grupos. Técnicas comuns incluem a mineração de aluvião, que busca pedras preciosas em depósitos sedimentares ao longo de rios, a escavação e lavagem, que envolve escavar e separar minerais do solo, e o peneiramento e classificação, que utiliza peneiras para separar e classificar o material extraído (Avivtheme, 2024).

Avivtheme (2024) reforça que os mineiros artesanais enfrentam desafios significativos, como condições de trabalho precárias com alta exposição a riscos e falta de proteção adequada. A exploração econômica é prevalente devido à ausência de regulamentação, deixando os mineiros vulneráveis a intermediários que pagam preços baixos. Além disso, a mineração artesanal em algumas regiões está associada à violência e conflitos armados, como evidenciado pelos "diamantes de sangue", que financiam guerras e perpetuam ciclos de violência (Avivtheme, 2024).

Nesse contexto, as publicações da Faster Capital (2024) destacam que a educação é essencial para a mobilidade social, oferecendo habilidades e conhecimentos que ajudam a superar a pobreza e promover o crescimento econômico. Ela também promove a igualdade de gênero, reduz lacunas salariais e melhora as condições de trabalho, capacitando meninas e mulheres a negociar melhores salários e evitar práticas prejudiciais, como casamento infantil e gravidez precoce.

### 3.2 Gênero e inclusão na mineração artesanal

As mulheres formam uma parte significativa da força de trabalho na mineração artesanal na África, mas enfrentam barreiras de gênero, sendo relegadas a tarefas menos remuneradas e arriscadas, enquanto os homens ocupam os cargos de extração e comercialização (Hinton *et al.*, 2003).

A falta de acesso das mulheres aos recursos educacionais e financeiros agrava as desigualdades, limitando suas oportunidades de assumir posições mais qualificadas ou de

DOI: 10.24024/23579897v33n2a2024p076091

liderança. Políticas de capacitação com foco de gênero podem promover o empoderamento e equidade no setor (Hinton *et al.*, 2003). Países africanos como Serra Leoa, Zâmbia, Tanzânia, África do Sul e Madagascar se destacam por suas contribuições ao mercado global de pedras preciosas e minerais, incluindo diamantes, esmeraldas, tanzanitas, ouro, safiras e rubis (Avivtheme, 2024).

O PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) destaca que a desigualdade de gênero é um obstáculo ao desenvolvimento humano, com preconceitos ainda presentes globalmente. Cerca de 50% da população acredita que homens são melhores líderes, e 25% justificam a violência doméstica, segundo relatórios de 2019 e 2023. A agência da ONU trabalha para erradicar a pobreza, reduzir desigualdades e promover o desenvolvimento sustentável. Vieira, Alvarez e Ferro (2017) defendem que a educação deve promover deliberadamente a igualdade de gênero em espaços formais e não formais, incorporando valores de cidadania e igualdade em todas as idades.

África tem apresentado progressos lentos no fornecimento de educação inclusiva de qualidade que contemple todos e todas. Está longe de implementar com eficácia as metas de melhorias na educação. Apesar de uma melhoria considerável nas matrículas escolares, 288 milhões de crianças em idade escolar não estão matriculadas na escola, especialmente em países afetados por conflitos, desigualdades estruturais, como culturais e investimentos ainda não suficientes para igualdade na saúde, educação e rendimentos (PNUD, 2022). O relatório sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5, focado na igualdade de gênero, aponta progresso lento na inclusão de gênero na África e recomenda a implementação de leis para proteger mulheres e meninas contra discriminação, violência doméstica, casamento infantil e mutilação genital feminina. Apesar das mulheres representarem uma grande parte da força de trabalho, apenas 29,8% dos cargos de direção no continente (exceto Norte da África) foram ocupados por elas em 2022, um aumento modesto em relação aos 29,3% em 2015. (PNUD, 2022).

A educação de mulheres é crucial para uma sociedade justa, pois elas são as mais afetadas por empregos precários, limitando sua participação em decisões. A União Africana (2015) aponta desafios na mineração artesanal, incluindo falta de financiamento e preconceitos patriarcais. Monteiro e Angelina (2022) afirmam que mulheres ainda enfrentam desigualdades, como disparidades salariais e violência, e destacam que a igualdade de direitos é fundamental para o desenvolvimento sustentável.

Brundtland (1987) no relatório que ficou conhecido como “Nosso Futuro Comum” define o desenvolvimento sustentável como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias

DOI: 10.24024/23579897v33n2a2024p076091

necessidades. Para Silva (2021), a aposta das Nações Unidas nos ODS, que resultou na publicação do documento “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” em 2015, a sociedade ganhou mais um instrumento técnico para promover atitudes que visem transformar o mundo em um lugar melhor.

O desenvolvimento sustentável somente se efetivará nos diferentes contextos sociais, quando houver a efetiva inclusão e participação das mulheres nas sociedades, de forma que consigam alcançar direitos e deveres que lhes devem ser reconhecidos de igual forma que os são para os homens, pois, a participação da mulher em processos decisórios é de fundamental importância para a concretização da democracia e por um maior equilíbrio nos assuntos de ordem social, econômica, política e ambiental. (Monteiro; Angelina, 2022, p. 798).

Malomalo (2019), no artigo "Interface Económica: Comunidades Mineiras, Exploração Sexual de Meninas e Mulheres Jovens," analisa a vulnerabilidade de mulheres nas comunidades mineiras da Lunda Sul, Angola, acentuada pela Covid-19. O estudo revela violações de direitos humanos, como casamento precoce, exploração sexual e falta de acesso à educação para meninas e jovens mulheres. Esses desafios mostram a distância em relação ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), afetando sobretudo as mulheres mais pobres e vulneráveis.

A Visão Africana de Mineração (2014-2023), elaborada pela Comissão da União Africana (AUC); Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (UNECA) e Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB), recomenda uma exploração transparente e equitativa dos recursos minerais para promover crescimento sustentável na África. O relatório do Banco Mundial (2004) destaca os desafios enfrentados por mulheres na mineração artesanal, que perpetuam um ciclo de pobreza geracional. Rachel Perks, coautora do relatório, defende a criação de um ambiente onde as mulheres possam ser ouvidas e exercer seus direitos sem discriminação.

### **3.3 Desenvolvimento Sustentável na mineração artesanal**

O conceito de desenvolvimento sustentável busca atender às necessidades atuais sem prejudicar as futuras gerações (Brundtland, 1987). Na mineração artesanal, isso envolve práticas ambientalmente responsáveis, socialmente justas e economicamente viáveis. A

DOI: 10.24024/23579897v33n2a2024p076091

mineração artesanal na África enfrenta sérios impactos ambientais, como o uso de mercúrio e a degradação do solo (Hilson, 2009). A educação pode ajudar a promover práticas que reduzam os danos ambientais e incentivem a recuperação de áreas afetadas.

O desenvolvimento sustentável na mineração artesanal requer sistemas econômicos resilientes, que incluam a formalização do setor, acesso a mercados justos e políticas públicas que promovam práticas responsáveis. Práticas sustentáveis na mineração artesanal podem minimizar danos ambientais, como a perda de biodiversidade e a contaminação de recursos hídricos (Hilson, 2009). A educação capacita trabalhadores para adotar técnicas que preservem o meio ambiente e aumentem a eficiência.

### 3.4 Interseção entre Educação, Gênero e Sustentabilidade

A interseção entre educação, gênero e desenvolvimento sustentável é crucial para transformar a mineração artesanal na África. A educação capacita mulheres a assumirem papéis mais relevantes, reduzindo desigualdades de gênero e promovendo práticas sustentáveis. Hilson e Potter (2003) destacam que a inclusão feminina em treinamentos técnicos e de liderança melhora a gestão de recursos naturais e gera impactos sociais e econômicos positivos.

A igualdade de gênero é fundamental para o desenvolvimento social, econômico e político, mas as desigualdades persistem, especialmente na educação em países em desenvolvimento (Faster Capital, 2024). Apesar dos avanços, há desafios significativos para alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres até 2030. O Relatório MAPE (Mulheres na Mineração Artesanal e de Pequena Escala) de 2023 aponta a subvalorização das mulheres na mineração artesanal, apesar de elas constituírem 30% da força de trabalho global, com 13,4 milhões atuando no setor.

Quadro 2: Mapeamento das metas de igualdade de gênero do ODS 5 para a mineração artesanal e de pequena escala

Metas de igualdade de gênero do ODS 5	Questões de Gênero na MAPE
Meta 5.1: Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em todos os lugares.	As mulheres na MAPE enfrentam discriminação institucional devido a legislação desigual e normas sociais tradicionais que limitam seus direitos e acesso a recursos.

DOI: 10.24024/23579897v33n2a2024p076091

Meta 5.2: Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas pública e privada, incluindo o tráfico e a exploração sexual e outros tipos de exploração	As mulheres que trabalham e vivem em comunidades em torno da MAPE relataram sofrer altas taxas de violência interpessoal e sexual.
Meta 5.3: Eliminar todas as práticas prejudiciais, como o casamento infantil, precoce e forçado, e a mutilação genital feminina	Os casamentos infantis, precoces e forçados ocorrem em troca de acesso a recursos nas áreas de MAPE, por vezes conhecidos como casamentos de ouro ou casamentos de safira.
Meta 5.4 Visa reconhecer e valorizar o cuidado não remunerado e o trabalho doméstico por meio de serviços públicos, infraestrutura, políticas de proteção social e promoção da responsabilidade compartilhada no núcleo familiar.	As mulheres combinam atividades domésticas e de cuidado com a mineração, o que contribui para sua invisibilidade, realizando tarefas como cuidar de crianças e transportar minério simultaneamente.
Meta 5.5 Visa assegurar a participação plena das mulheres e igualdade de oportunidades de liderança em todos os níveis de decisão política, econômica e pública.	Os sistemas legais, as crenças tradicionais e as normas sociais impedem as mulheres na MAPE de participar plenamente nas estruturas de liderança e na tomada de decisões.
Meta 5.a busca garantir que as mulheres tenham direitos iguais a recursos econômicos, incluindo propriedade, serviços financeiros e recursos naturais, conforme as leis nacionais.	Códigos de mineração e leis consuetudinárias patriarcais limitam o acesso das mulheres a recursos naturais e serviços financeiros formais.

Fonte: Adaptado do Relatório MAPE (2013, p.17).

A Direção da Mulher, Gênero e Desenvolvimento da União Africana [UA] (2018) realizou uma Avaliação das Necessidades de Capacidades para criar uma estratégia de gênero (assente em 4 pilares, com os quadros normativos globais e continentais, a Agenda 2063 e os ODS), enquanto a Academia da UA promoverá mudanças e gestão do conhecimento. (Ver Quadro 3).

Quadro 3: Estratégia da UA sobre igualdade de gênero

Pilar	Descrição	Resultados
Pilar 1: Maximizar os Resultados (econômicos), Oportunidades e Dividendos da Tecnologia Electrónica	Para o empoderamento econômico das mulheres e sua contribuição para o desenvolvimento sustentável, é essencial garantir igualdade de acesso à educação de qualidade e controle sobre os fatores de produção.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Educação gratuita para meninas de 3 a 18 anos e programas de formação profissional e alfabetização para jovens e mulheres.</li> <li>- Empoderamento econômico e inclusão financeira para garantir autonomia de renda e proteção social a mais mulheres e meninas.</li> <li>- Tecnologia e inclusão digital: Mulheres e meninas se tornam usuárias ativas e influenciadoras no espaço tecnológico e de gênero</li> </ul>
Pilar 2: Dignidade, Segurança e Resiliência	A dignidade, segurança, e direitos sexuais e reprodutivos das mulheres são cruciais para a igualdade de gênero, interligando-se com o desenvolvimento infantil. A violência contra as mulheres reflete normas sociais aceitas em muitos países, destacando a importância da segurança e integridade física para alcançar a igualdade de gênero.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A violência contra mulheres e meninas deve ser reduzida, criminalizada, e condenada, e as mulheres devem ter participação igual nos processos de paz.</li> <li>- Além disso, compromissos relacionados à igualdade de gênero e empoderamento das mulheres devem ser fortalecidos em ações humanitárias, migração, e no Plano de Ação da COP.</li> </ul>
	A União Africana adota uma abordagem baseada em direitos para o desenvolvimento, com o Protocolo de	- Os Resultados 3.1 a 3.3 da Agenda 2063 da UA destacam a importância de leis nacionais que

DOI: 10.24024/23579897v33n2a2024p076091

Pilar 3: Leis, Políticas e Instituições Eficazes	Maputo garantindo a escolha das mulheres em áreas chave. Embora muitos países africanos proibam a discriminação de gênero em suas Constituições, há uma lacuna entre a legislação e a realidade das mulheres. Reformas legislativas e governança com perspectiva de gênero, como o Orçamento Sensível ao Gênero, são essenciais para transformar instituições.	protejam os direitos das mulheres, conforme o Protocolo de Maputo, assegurando igualdade em educação, salários e integridade física. - As políticas nacionais devem garantir o acesso das mulheres a oportunidades e benefícios, enquanto sistemas institucionais devem estar capacitados para implementar esses compromissos e enfrentar novos desafios.
Pilar 4: Liderança, Voz e Visibilidade	Para garantir que as mulheres tenham voz, é crucial que estejam igualmente representadas em todas as esferas de decisão, removendo barreiras formais e informais. A Estratégia de Gênero da UA e a Política de Paridade já asseguraram igualdade de representação em muitos cargos oficiais. A Agenda 2063 também promove a inclusão de 60% de conteúdo africano nos currículos educacionais, fortalecendo a identidade africana	- O Pilar 4 busca alcançar igualdade de gênero por meio de três ações principais: promover a igualdade de participação das mulheres em cargos de liderança, garantir que mulheres e meninas tenham voz e influência iguais em todos os espaços, e aumentar sua visibilidade como contribuintes iguais na mídia, literatura e cultura.

Fonte: União Africana (2018).

É urgente incluir a questão da desigualdade de gênero na agenda pública, com foco em intervenções para combatê-la. Mulheres e meninas na mineração enfrentam diversas formas de violência, como falta de acesso à informação, riscos à saúde, segurança física e social, além de violência sexual. O Quadro de M&A da Agenda 2063 orientará a monitorização da estratégia, e a Direção será responsável por capacitar o Orçamento Sensível ao Gênero (GRB) e auditar os gastos da UA. A estratégia detalha as ações e intervenções específicas da UA e parceiros para alcançar os resultados desejados (UA, 2018).

A pesquisa explora como a educação pode atuar como catalisador para promover a equidade de gênero e implementar práticas sustentáveis na mineração artesanal africana. Estudos de Hilson (2009) e Hinton (2011) indicam que a educação pode empoderar mulheres e melhorar a gestão ambiental no setor. A análise qualitativa revelou que a educação contribui para a redução das desigualdades de gênero e a adoção de práticas mais sustentáveis (Silva, 2021; Monteiro; Angelina, 2022). Essas descobertas ressaltam a importância da educação na transformação do setor de mineração artesanal, destacando a interseção entre gênero e sustentabilidade.

O estudo de Mainche (2016) sobre "Trabalho Infantil em Moçambique e Sustentabilidade Social" revela que a ausência de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento social sustentável deixa uma lacuna nas condições sociais, econômicas e educativas das crianças afetadas pelo trabalho infantil.

Segundo Faster Capital (2024), a educação é um catalisador para a compreensão intercultural, o desenvolvimento de competências e o engajamento cívico, promovendo

DOI: 10.24024/23579897v33n2a2024p076091

perspetivas globais e decisões éticas. Ela tem o potencial de promover a igualdade de gênero ao aumentar o acesso das meninas e mulheres à educação de qualidade. A educação empodera as mulheres, fornecendo-lhes conhecimento, habilidades e confiança para participar plenamente da sociedade, além de ajudar a quebrar estereótipos de gênero e incentivar os homens a compartilhar responsabilidades domésticas e de cuidados infantis.

No estudo sobre igualdade de gênero e sustentabilidade, Monteiro e Angelina (2022) afirmam que, ao longo de mais de quatro décadas, foram gradualmente implementadas prescrições sobre sustentabilidade, focadas na educação da sociedade quanto à necessidade de equilibrar o crescimento econômico com a preservação dos recursos naturais. Isso visa garantir que as presentes e futuras gerações tenham acesso a um meio ambiente saudável, promovendo harmonia entre os setores sociais, econômicos e ambientais.

Embora existam mulheres que reconheçam os benefícios econômicos da mineração artesanal e de pequena escala, elas ainda enfrentam discriminação e várias barreiras de gênero (Huggins; Siwale-Mulenga; Parmelo, 2024). É particularmente desafiador para as mulheres alcançarem posições lucrativas, como a propriedade de minas. Outros estudos sugerem a "alocação de cotas específicas para a emissão de direitos de mineração" na Zâmbia, semelhante à política nacional de terras que reserva 50% das terras para mulheres. No entanto, essas medidas podem não ser suficientes devido às restrições financeiras enfrentadas pelas mulheres (Huggins; Siwale-Mulenga; Parmelo, 2024).

O artigo "impacto socioeconômico do garimpo: participação da mulher na exploração do ouro no distrito de Manica, Moçambique" (Raso *et al.*, 2021) destaca o machismo presente na exploração artesanal de minerais, onde as mulheres são vistas como responsáveis por tarefas domésticas e também atuam como chefes de família. Além das desigualdades de gênero, enfrentam discriminações supersticiosas e condições de trabalho que afetam sua saúde. A falta de cuidados infantis adequados as obriga a levar seus filhos para o garimpo, onde também contribuem com trabalho.

O estudo de Buss *et al.* (2017) sobre gênero e mineração artesanal e de pequena escala na África Central e Oriental: Barreiras e Benefícios, revela que a renda proveniente das minas ajuda as mulheres a contribuir para seus lares, seja para atender a demandas urgentes (como alimentação, educação e custos de saúde), seja para melhorar seus hábitos de consumo. As

DOI: 10.24024/23579897v33n2a2024p076091

mulheres que obtiveram relativo sucesso na mineração conseguiram diversificar suas atividades econômicas.

De acordo com o Relatório Econômico para a África de 2013 da UNECA, o continente possui cerca de 12% das reservas mundiais de petróleo, 42% do ouro, 80-90% do cromo e dos metais do grupo da platina, além de 60% das terras aráveis e vastos recursos florestais. No entanto, quase todas as posições de autoridade nas operações de mineração são ocupadas por homens, e a divisão de trabalho e autoridade baseada em gênero também dificulta o acesso das mulheres a posições mais bem remuneradas (Buss *et al.*, 2017).

Stewart, Kibombo e Rankin (2020), no estudo sobre meios de subsistência de gênero no setor de mineração artesanal na região dos Grandes Lagos, focam-se na experiência. Segundo os autores, as evidências mostram que os homens têm mais experiência no setor de mineração e ganham mais, tanto nas minas quanto em atividades fora delas. As evidências também destacam a necessidade de que a pesquisa sobre o setor de mineração artesanal seja sensível às questões de gênero, a fim de produzir políticas que melhorem o bem-estar econômico de todos que dependem do setor.

É essencial conscientizar e envolver múltiplos atores na promoção da igualdade de gênero, comprometendo-se juridicamente e legislativamente para combater as profundas desigualdades estruturais em recursos, educação, economia e desenvolvimento social que afetam as mulheres. Os Chefes de Estado e de Governo da União Africana devem priorizar a questão de gênero em suas Agendas de Desenvolvimento, alocando recursos fixos do orçamento e fortalecendo o Ministério de Questões de Gênero e da Mulher. Isso permitirá que esses Ministérios liderem programas de igualdade de gênero e empoderamento feminino (Conferência da União Africana, 2015).

O Banco Mundial, no âmbito do seu relatório "Recomenda Ação pela Equidade de Gênero na Mineração Artesanal e de Pequena Escala" (2004), discute a realidade multifacetada das áreas de garimpo no contexto global. Esta realidade apresenta inúmeros desafios que afetam de forma desproporcional as vidas das mulheres e meninas, perpetuando-as num ciclo de pobreza geracional. Rachel Perks, Especialista Sênior em Mineração do Banco Mundial e coautora do relatório, considera crucial criar um ambiente em que as mulheres que atuam na mineração artesanal e de pequena escala possam ser ouvidas e desfrutem dos seus direitos sem discriminação.

DOI: 10.24024/23579897v33n2a2024p076091

Reconhece-se a necessidade urgente de incluir este tema na agenda pública, com foco em intervenções e ações para combater a desigualdade de gênero. As mulheres e meninas envolvidas na mineração enfrentam várias formas de violência, desde o acesso limitado à informação sobre os riscos da atividade até ameaças à sua saúde, segurança física e social, além de sofrerem violência sexual.

#### 4 Considerações finais

A mineração artesanal na África enfrenta desafios como falta de educação, desigualdade de gênero e práticas insustentáveis. No entanto, integrar educação, gênero e desenvolvimento sustentável pode transformar o setor e abordar esses problemas de forma eficaz. A educação é crucial para melhorar a mineração artesanal, pois proporciona conhecimentos para práticas mais seguras e sustentáveis, empodera as mulheres e promove liderança e equidade de gênero nas comunidades de mineração.

Para alcançar o desenvolvimento sustentável na mineração artesanal, é essencial integrar educação e igualdade de gênero nas práticas do setor. Políticas públicas e programas de capacitação devem combinar esses elementos para um futuro mais justo e responsável.

O estudo se baseia em revisão de literatura, o que pode limitar a aplicabilidade das recomendações e a precisão das conclusões devido à ausência de dados empíricos e à diversidade das fontes.

Recomenda-se investigar o impacto de programas educacionais focados em gênero nas comunidades de mineração artesanal, analisando a influência de abordagens educacionais e a eficácia de iniciativas tecnológicas na redução das disparidades de gênero.

#### Referências bibliográficas

AFRICAN UNION. **African Women in Artisanal and Small-scale Mining**, 2015. 20 p. Disponível em: [https://commdev.org/wpcontent/uploads/pdf/publications/P\\_African\\_Women\\_In\\_Artisanal\\_and\\_Small\\_Scale\\_Mining.pdf](https://commdev.org/wpcontent/uploads/pdf/publications/P_African_Women_In_Artisanal_and_Small_Scale_Mining.pdf). Acesso em: 1 ago. 2024.

AMDC (Centro Africano de Desenvolvimento de Minerais). **Parceiros Associados: União Africana**, 2015. 10 p. Disponível em: <https://www.uneca.org/>. Acesso em: 15 jun. 2024.

DOI: 10.24024/23579897v33n2a2024p076091

AVIVTHEME. **Mineração artesanal de pedras preciosas na África: uma análise aprofundada.** 2024. Disponível em: <https://finaar.com/mineracao-artesanal-de-pedras-preciosas-na-africa-uma-analise-aprofundada/>. Acesso em: 10 ago. 2024.

BANCHIRIGAH, S. M. Desafios com a erradicação da mineração ilegal em Gana: uma perspectiva a partir das bases. **Resources Policy**, v. 33, n. 1, p. 29-38, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.resourpol.2007.11.001>. Acesso em: 15 jul. 2024.

BANCO MUNDIAL. **Recomenda Ação pela Equidade de Gênero na Mineração Artesanal e de Pequena Escala.** Washington, D.C.: Banco Mundial, 2004. 30 p. Disponível em: <https://www.worldbank.org>. Acesso em: 3 jul. 2024.

BANCO MUNDIAL. **Recomenda Ação pela Equidade de Gênero na Mineração Artesanal e de Pequena Escala.** Washington, DC, 2004

BANCO MUNDIAL. **2023 State of the Artisanal and Small-Scale Mining Sector.** Washington, D.C.: World Bank, 2023. 150 p. Disponível em: <https://www.worldbank.org>. Acesso em: 5 ago. 2024.

BRUNDTLAND, G. **Our Common Future: The World Commission on Environment and Development.** Oxford: Oxford University Press, 1987.

BUSS, D. *et al.* **Gender and Artisanal and Small-Scale Mining in Central and East Africa: Barriers and Benefits.** Grow Research Contribution Paper, 2017. Disponível em: <https://mcgill.ca>. Acesso em: 20 jul. 2024.

CABEIA, A. C. Educação para empreendedorismo em Angola. **Revista Educação em Páginas**, Vitória da Conquista, v. 2, p. e13861, 2023. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/redupa/article/view/13861>. Acesso em: 3 out. 2024.

CHOÉ, J. Reflexão sobre o papel dos governos distritais na gestão sustentável da mineração artesanal de ouro em Moçambique. **Revista da UI\_IPSantarém**, v. 10, n. 3, p. 22-33, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.25746/ruiips.v10.i3.29119>. Acesso em: 15 jun. 2024.

COLÉGIO Erasto Gaertner. Os 4 pilares da educação da Unesco. *In*: Conferência Nacional Sobre Educação, São Paulo, 2024. **Anais [...]**. São Paulo: Editora Erasto, 2024. Disponível em: <https://erasto.com.br/os-4-pilares-da-educacao-da-unesco/>. Acesso em: 15 jul. 2024.

COMISSÃO AFRICANA DOS DIREITOS HUMANOS E DOS POVOS. **Relatora Especial sobre os Direitos da Mulher em África (SRRWA) - 75OS.** Adis Abeba: Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, 2024. 20 p. Disponível em: <https://www.au.int>. Acesso em: 15 mai. 2024.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir.** 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC/UNESCO, 2003.

DOI: 10.24024/23579897v33n2a2024p076091

DICIONÁRIO UNIVERSAL DA LÍNGUA PORTUGUESA. **Dicionário Universal da Língua Portuguesa**. Lisboa: Texto Editora, Lda., 2000.

EXTRACTIVES GLOBAL PROGRAMMATIC SUPPORT (EGPS) MULTI DONOR TRUST FUND. Estado do Setor de Mineração Artesanal e de Pequena Escala. *In: Conferência Internacional Sobre Mineração Artesanal, Brasília, 2023. Anais [...]*. Brasília: Editora EGPS, 2023. Disponível em: <https://delvedatabase.org>. Acesso em: 15 jun. 2024.

FASTER CAPITAL. O papel da educação na promoção da igualdade de gênero. *In: Conferência Global Sobre Igualdade De Gênero, Lisboa, 2024. Anais [...]*. Lisboa: Editora Faster Capital, 2024. Disponível em: <https://fastercapital.com/pt/tema/o-papel-da-educa%C3%A7%C3%A3o-na-promo%C3%A7%C3%A3o-da-igualdade-de-g%C3%AAnero.html>. Acesso em: 15 ago. 2024.

HILSON, G. Small-scale mining, poverty and economic development in sub-Saharan Africa: An overview. **Resources Policy**, v. 34, n. 1, p. 1-5, 2009.

HILSON, G.; POTTER, C. Why Is Illegal Gold Mining Activity so Ubiquitous in Rural Ghana? **African Development Review**, v. 15, n. 2, p. 237-272, 2003. Disponível em: DOI:10.1111/j.1467-8268.2003.00073.x. Acesso em: 8 ago. 2024.

HINTON, J.; VEIGA, M.; BEINYALE, E. Women and Artisanal Mining: Gender Roles and the Road Ahead. *In: HILSON, G. M. (ed.). The Socio-Economic Impacts of Artisanal and Small-Scale Mining in Developing Countries*, London: CRC Press, 2003.

HUGGINS, C.; SIWALE-MULENGA, A.; PARMELO, S. Gender, livelihoods and local development in artisanal and small-scale mining areas: Evidence from gemstone production in Zambia and Tanzania. **The Extractive Industries and Society**, v. 18, n. 4, 2024. Disponível em: DOI:10.1016/j.exis.2024.101461. Acesso em: 7 ago. 2024.

MAINCHE, A. **Trabalho Infantil em Moçambique e Sustentabilidade Social: Perceção das Crianças Envolvidas no Garimpo na Província de Manica**. 324 f. Tese (Doutorado em Sustentabilidade Social e Desenvolvimento), Universidade Aberta, Lisboa, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.2/6749>. Acesso em: 7 ago. 2024.

MALOMALO, M. Interface Económica: Comunidades Mineiras, Exploração Sexual de Meninas e Mulheres Jovens. *In: Ondjango Feminista*, 2019. Disponível em: <https://www.ondjangofeminista.com/ondjango/2020/7/8/interface-econmica-comunidades-mineiras-exploraao-sexual-de-meninas-e-mulheres-jovens>. Acesso em: 10 jul. 2024

MONTEIRO, F. K.; ANGELINA, R. Igualdade de Gênero e a Construção da Sustentabilidade: Mulheres Enquanto Impulsionadoras do Desenvolvimento Sustentável. *In: Congresso Brasileiro de Processo Coletivo e Cidadania, 10., 2022. Anais [...]*. São Paulo: Editora XYZ, 2022. p. 788-799. Disponível em: <https://revistas.unaerp.br/cbpcc/article/view/2845>. Acesso em: 10 jul. 2024.

DOI: 10.24024/23579897v33n2a2024p076091

MUTEMERI, N.; PETERSEN, F. W. Small-scale mining in South Africa: Past, present and future. **Natural Resources Forum**, v. 26, n. 4, p. 286-292, 2002. Disponível em: DOI: 10.1111/1477-8947.t01-1-00031. Acesso em: 11 jul. 2024.

PNUD. **Novos dados mundiais do PNUD mostram que preconceitos de gênero continuam enraizados**. 12 jun. 2023. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/news/novos-dados-mundiais-do-pnud-mostram-que-preconceitos-de-genero-continuam-enraizados>. Acesso em: 10 ago. 2024.

ROJAS, C. M. **Panorama Regional: Educação & Género**. SITEAL - UNESCO, 2021. Disponível em: [https://siteal.iiiep.unesco.org/pt/eje/educacion\\_y\\_genero](https://siteal.iiiep.unesco.org/pt/eje/educacion_y_genero). Acesso em: 2 jul. 2024.

SANTOS, B. de S. **Metodologia da pesquisa qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, L. H. V. da. **Aplicação e impactos dos objetivos de desenvolvimento sustentável em grandes empresas privadas do setor industrial no Brasil**. 150 f. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade), Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2021. Disponível em: <https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/>. Acesso em: 10 ago. 2024.

SILVA, R. Sustentabilidade e práticas ambientais na mineração artesanal: Desafios e perspectivas. **Revista de Mineração Sustentável**, v. 12, n. 3, p. 45-58, jul. 2021.

STEWART, J.; KIBOMBO, R.; RANKIN, L. P. Meios de subsistência de gênero no setor de mineração artesanal na região dos Grandes Lagos. **Revista Canadense de Estudos Africanos / Revue canadienne des études africaines**, v. 54, n. 1, p. 37-56, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00083968.2019.1689831>. Acesso em: 15 ago. 2024.

UNIÃO AFRICANA. **Agenda 2063: A África Que Queremos**. Quadro estratégico comum para o crescimento inclusivo e o desenvolvimento sustentável. Plano De Implementação Para a Primeira Década 2014-2023. Adis Abeba: União Africana, 2009. 58 p. Disponível em: [https://au.int/sites/default/files/decisions/9664-assembly\\_au\\_dec\\_569\\_-\\_587\\_xxiv\\_p.pdf](https://au.int/sites/default/files/decisions/9664-assembly_au_dec_569_-_587_xxiv_p.pdf). Acesso em: 3 jun. 2024.

VÁZQUEZ-BRUST, D. A.; ARTHUR-HOLMES, F.; YAKOVLEVA, N. A responsabilidade social e ambiental da mineração artesanal informal e de pequena escala em Gana: uma perspectiva filosófica Akan. **Revista de Gestão Ambiental**, v. 360, jun. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2024.121131>. Acesso em: 15 ago. 2024.

VIEIRA, C. C.; ALVAREZ, T.; FERRO, M. J. **Questões de gênero e cidadania: reflexões breves sobre o poder emancipatório da educação**, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.2/7133>. Acesso em: 15 ago. 2024.